

	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO – DDPu	
	Disciplina: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	
	Código da disciplina: 1501237	Carga Horária: 60 h
	Semestre letivo: 2020.2	
	Professor: SERGIO JOSÉ VIEIRA LOPES	

PLANO DE CURSO

Programa ministrado pelo Departamento de Direito Público, do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, no curso de _____, no semestre letivo de _____, com carga horária de _____ horas-aula.
 João Pessoa, ____/____/____
 Servidor :

1. EMENTA

A sociedade internacional. Evolução histórica do DIP. Fundamento do Direito Internacional. Relações entre Direito interno e Direito internacional. Fontes do DIP. Costume internacional. Direito dos Tratados. Pessoas internacionais. Pessoa humana: sujeito, nacionalidade, apátrida e proteção de estrangeiros. Estados: nascimento, reconhecimento e sucessão. Organizações internacionais. Carta das Nações Unidas e segurança internacional. Domínio público internacional. Direito do Mar. Rios internacionais. Domínio internacional ambiental. Meios pacíficos de solução de conflitos internacionais. Responsabilidade internacional dos Estados. Direito Internacional Penal.

2. OBJETIVOS

1 – Ministrar noções básicas a respeito da sociedade internacional, sua organização e seu direito; 2 – Estudar os processos de integração econômica regionais, especialmente o do Mercosul.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	C.H.
<p>Introdução</p> <p>1 – Sociedade internacional 2 – Definição, denominação e sujeitos de Direito Internacional; 3 – Evolução histórica do Direito Internacional; 4 – Relações entre o Direito Interno e o Direito Internacional; 5 – Fundamento do Direito Internacional 6 – Normas de Direito Internacional Público 6.1 – Atos jurídicos e fontes 6.2 – Tratados internacionais 6.2.1 – conceito, classificação e processo de conclusão 6.2.2 – Condições de validade, efeitos, revisão, término e extinção dos tratados 6.3 – Costume internacional, princípios gerais do direito e atos unilaterais 6.4 – Fontes subsidiárias (jurisprudência e doutrina) e complementares (analogia e equidade) 7 – Codificação do Direito Internacional Público 8 – Pessoas internacionais 8.1 – Estados 8.1.1 – Elementos constitutivos e órgãos das relações exteriores 8.1.2 – Reconhecimento de Estado e de Governo 8.1.2 – Direitos e deveres fundamentais do Estado 8.1.2 – Responsabilidade internacional, sucessão e extinção do Estado</p>	20h
<p>8.2 – Organizações internacionais 8.3 – Coletividades não estatais 8.4 – Pessoa humana: proteção internacional e nacionalidade 9 – Domínio público internacional 9.1 – Direito do Mar e rios internacionais 9.2 – Espaço aéreo e sideral</p>	20h
<p>10 – Conflitos internacionais 10.1 – Meios pacíficos de solução dos conflitos: diplomáticos, políticos e jurídicos 11 – Guerra e Direito Internacional Público contemporâneo 12 – Organizações internacionais: definição, características, direito e classificação 13 – Organização das Nações Unidas: composição, natureza e Carta 13.1 – Estrutura das Nações Unidas: AG, CS, CIJ, CES, CT e Secretariado 13.1.1 – Corte Internacional de Justiça: origem, organização, jurisdição e partes 13.2 – Carta da ONU e segurança internacional 14 – Organizações regionais européias 14.1 – União Européia: natureza, instituições e ordenamento jurídico 15 – Organizações Americanas: ALALC, SELA, ALADI, MCCA, Pacto andino e ALCA 15.1 – Mercosul: natureza jurídica e estrutura 15.1.2 – Ordenamento jurídico do Mercosul 15.1.3 – Solução de controvérsias no âmbito do Mercosul</p>	20h
4. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A DESENVOLVER	
Compreender os limites e integração entre direito interno e internacional, identificando sujeitos, princípios, fontes e aplicação do Direito Internacional Público.	
5. METODOLOGIA E RECURSOS DIDÁTICOS	
<p>Aulas teóricas pelo método expositivo, combinadas com a realização de seminários em que serão estudados textos doutrinários e de direito positivo.</p> <p>As técnicas de ensino-aprendizagem contarão com a reciprocidade dos discentes, monitores (se houver) e docentes na pesquisa, leitura e análise de textos; estudo de casos e debates. Os materiais utilizados no processo de ensino-aprendizagem serão ambientes virtuais para encontros síncronos, material disponibilizado digitalmente, questionários para estudos dirigidos, orientação de casos a serem analisados.</p>	

<p>6. AVALIAÇÃO</p> <p>Aplicação de provas escritas dissertativas ou de múltipla escolha que instigam o raciocínio do discente para questões contemporâneas, aplicação prática do conhecimento. Eventualmente, outras avaliações podem ocorrer no decorrer do curso, tais como as orais e outras resultantes da aplicação de exercícios contínuos.</p>
<p>7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ACCIOLY, Elizabeth. <i>Mercosul e União européia: estrutura jurídico-institucional</i>. Curitiba, Juruá, , 160p.</p> <p>ARAUJO, Luis Ivani de Amorim. <i>Curso de direito internacional público</i>. 9.ed.. Rio de Janeiro, Forense,</p> <p>BAPTISTA, Luiz Olavo. <i>O Mercosul – suas instituições e ordenamento jurídico</i>. São Paulo, LTr, 1997, 272p.</p> <p>BOSON, Gerson de Brito Mello. <i>Constitucionalização do direito internacional</i>. Belo Horizonte, Del Rey, 1996, 296p.</p> <p>CAMPOS, João Mota de. Manual de Direito comunitário 2ª Ed / Curitiba Juruá 2008.</p> <p>———. <i>Direito internacional público</i>. Belo Horizonte, Del Rey, 1994, 368p.</p> <p>CASELHA, Paulo Barbosa. <i>Comunidade européia e seu ordenamento jurídico</i>. São Paulo, LTr, 1994, 648p.</p> <p>DINIZ, Arthur José de Almeida. <i>Novos paradigmas em direito internacional público</i>. Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris, 1995, 216p.</p> <p>MELLO, Celso D. de Albuquerque. <i>Curso de Direito Internacional Público</i>. 2v 2004.</p> <p>REZEK, José Francisco. <i>Direito Internacional Público</i>. 2014 15 ed.</p>
<p>8. REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p> <p>FIGUEIRAS. <i>O Mercosul no contexto latino-americano</i>. 2.ed. São Paulo, Atlas, 288p.</p> <p>FORTE, Umberto. <i>União européia</i>. São Paulo, Malheiros, 1994, 183p.</p> <p>GARCIA JÚNIOR, Armando Alvares. <i>Conflito entre normas do Mercosul e direito interno. Como resolver o problema? O caso brasileiro</i>. São Paulo, LTr, 1997, 248p.</p> <p>MATTOS, Adherbal Meira. <i>Direito internacional público</i>. Rio de Janeiro, Renovar, 1996, 490p.</p> <p>MELLO, Celso D. de Albuquerque. <i>Curso de direito internacional público</i>. 11.ed. Rio de Janeiro, Renovar, 1997, 1346p. 2v.</p> <p>———. <i>Direito internacional da integração</i>. Rio de Janeiro, Renovar, 1996, 367p.</p> <p>MELLO, Celso D. de Albuquerque. 5.ed. <i>Direito internacional público: tratados e convenções</i>. Rio de Janeiro, Renovar, 1997, 1.384p.</p> <p>RANGEL, Vicente Marotta. <i>Direito e relações internacionais</i>. 5.ed. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1997, 800p.</p> <p>REZEK, José Francisco. <i>Direito internacional público: curso elementar</i>. 6.ed. São Paulo, Saraiva, 1996, 432p.</p> <p>SEITENFUS, Ricardo. <i>Manual das organizações internacionais</i>. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 352p.</p> <p>SERRA, Antonio Truyol. <i>História do direito internacional público</i>. Lisboa, Instituto Superior Novas Profissões</p> <p>TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. <i>A proteção internacional dos direitos humanos</i>. São Paulo, Saraiva, 1991, 784p.</p> <p>VENTURA, Deisy de Freitas Lima. <i>A ordem jurídica do Mercosul</i>. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 168p.</p>